

CARTA-MANIFESTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ABAETETUBA (PA) PELO ACESSO DIGNO À ENERGIA

Abaetetuba, Pará

21 de Agosto de 2025

Aos representantes do MME, ANEEL, EPE, MIR, MDS, e Prefeitura, Secretarias e Câmara do Município de Abaetetuba (PA), presentes no Encontro de Monitoramento Energético no Pará.

Entre os dias 20 e 21 de agosto de 2025, foi realizado nas comunidades quilombolas de Bom Remédio e Piratuba, localizadas no município de Abaetetuba, no estado do Pará, o Encontro de Monitoramento e Avaliação Energética em comunidades Quilombolas. O objetivo do encontro foi avaliar o atual cenário deficiente (ou ausente) de acesso público e de qualidade à energia elétrica nos territórios quilombolas.

O primeiro dia do Encontro ocorreu no Quilombo de Bom Remédio, enquanto o segundo, no Quilombo de Piratuba. Participaram, além das comunidades anfitriãs, lideranças vinculadas à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ), especialmente da região Norte (Amapá, Amazonas, Rondônia, Pará), também à Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), à Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Ramal do Piratuba (ARQUITUBA), à Associação MURIVA e à Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU).

Estiveram presentes também representantes de Organizações Não Governamentais integrantes da Rede Energia & Comunidades (IDGlobal, IEI-Brasil, IEMA,, Litro de Luz, Revulusolar, 350.org, WWF Brasil, IDEC, Observatório do Marajó, GEDAE-UFPA), do Conexão Povos da Floresta, bem como do Ministério de Minas e Energia (MME), do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS), do Ministério da Igualdade Racial (MIR), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), da Prefeitura e da Câmara do Município de Abaetetuba. No primeiro dia, a comitiva contou ainda com a presença da vice-prefeita de Abaetetuba, de um vereador e do presidente da Câmara Municipal, além de representantes da área de educação, obras e saúde local.

Há muitos anos, tanto as comunidades quilombolas anfitriãs do Encontro, quanto outras da região amazônica que também estavam presentes, têm sofrido com o descaso no fornecimento de energia. Essa, contudo, é apenas uma das faces de uma negligência mais ampla a nós, povos quilombolas: a ausência de escolas adequadas nos territórios, a precariedade do atendimento médico, a falta de políticas consistentes de proteção territorial

aos nossos espaços ancestrais, todas essas questões são latentes no cotidiano, e ficaram evidentes nas falas das nossas lideranças presentes no Encontro.

A falta de acesso à energia é grave. Em ambos os territórios anfitriões, as políticas públicas são insuficientes. O Programa Luz para Todos (LpT), por exemplo, ainda não chegou em sua totalidade. **O acesso à energia ocorre de forma improvisada no nosso dia-a-dia e pouco segura, o que tem causado vários acidentes que levam pessoas de muitas comunidades a óbito. Isso impõe uma situação de vulnerabilidade e racismo energético que se agrava por um fator que tem se tornado cada vez mais presente. Diante da ausência do poder público e suas políticas públicas, a exclusão e a pobreza energética que as pessoas e famílias quilombolas enfrentam, cresce o espaço para soluções clandestinas.** Em outras palavras, a energia muitas vezes não chega por meio das políticas públicas existentes e, então, iniciativas paralelas chegam aos nossos territórios com promessas de fornecimento de energia às residências mediante pagamento de um valor muito alto.

O que desejamos não são os “gatos” ou “linhões” clandestinos, mas sim a chegada de políticas públicas que garantam o acesso adequado à energia nos territórios, e sem cobranças abusivas que comprometam a renda das famílias. Acontece que esses “linhões” clandestinos, que vêm crescendo cada vez mais, têm assediado os moradores das nossas comunidades, sobretudo de Bom Remédio e das 72 Ilhas e dos 24 assentamentos de Abaetetuba, localidades em que há completa ausência de fornecimento formal de energia. Isso tem levando muitos, mesmo em situação de baixa renda mas em desespero, a aceitarem os altos valores cobrados pela energia ilegal. Porém, são estruturas precárias e inseguras, que colocam nossas vidas em risco, e essa realidade pôde ser observada nas visitas aos “linhões” clandestinos em Bom Remédio durante o Encontro, em que ficou evidente a fragilidade desse tipo de ligação, que inclusive estava com a base parcialmente submersa em água da chuva.

No Bom Remédio, a problemática do linhão ganha mais uma dimensão. A degradação ambiental, já que para dar início à implantação das estruturas clandestinas, áreas de preservação vêm sendo desmatadas. **Durante o encontro, todos puderam testemunhar: justamente ao redor do espaço que a comunidade de Bom Remédio sonha transformar em um centro cultural, houve desmatamento para a futura instalação clandestina.** Não queremos que, com a chegada do Programa Luz para Todos em nosso território, se repita esse mesmo padrão, que sua estrutura se aproveite da área já degradada. Esperamos que a decisão sobre o local seja tomada de forma coletiva e comunitária, em respeito aos nossos planos e necessidades, e não nos impor o absurdo a que muitos hoje recorrem, obrigados a aceitar a energia ilegal, pondo em risco a própria vida e a vida de familiares.

Ainda em Bom Remédio, a possível chegada da energia por meio do Luz para Todos seria um avanço diante da atual realidade, marcada pelo uso de lâmparas ou por ligações clandestinas, adotadas por parte dos moradores como única alternativa. Porém, a **ausência da assistência social no território é preocupante, já que a inscrição no CadÚnico é requisito para o acesso automático à Tarifa Social de Energia Elétrica**, e esse acesso pode ser afetado já que há quase um ano não são realizados mutirões ou ações de cadastramento na

comunidade. Desse modo, a presença da assistência social no território é necessária, e complementar a uma eventual política pública de ampliação do acesso à energia, especialmente se esta pretende mitigar o cenário atual, marcado por estruturas energéticas precárias, ilegais, perigosas e com custos elevados para os moradores.

O problema não para nos linhões clandestinos. **Mesmo os linhões “oficiais”, ligados a empresas, trazem impactos negativos, especialmente no território de Piratuba, onde três grandes linhas de transmissão atravessam a comunidade**, levando energia para diversos municípios do Pará, inclusive a capital Belém, sem que nada retorne às famílias locais. O primeiro desses linhões foi instalado ainda na década de 1980, antes mesmo da titulação do território, enquanto os demais chegaram já após o reconhecimento do território pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Em nenhum desses casos houve qualquer tipo de compensação ou indenização para nós pela instalação dessas estruturas, mesmo que moradores tenham sido retirados para as imensas implantações. Além disso, **os relatos de vários moradores daqui mostram uma preocupação: com o aumento das chuvas torrenciais na região e com as mudanças climáticas, houve maior vulnerabilidade a descargas elétricas e raios**, talvez relacionada à alta tensão dos linhões.

Além disso, há devedores em massa na comunidade de Piratuba, devido ao não pagamento das faturas de energia elétrica. **Muitos moradores acumulam dívidas superiores a R\$5 mil com a concessionária Equatorial, em razão dos preços abusivos praticados, sem que haja, em contrapartida, um serviço de qualidade.** A energia fornecida é frequentemente instável e insuficiente e, mesmo com a cobrança da taxa de iluminação pública, por parte da Prefeitura de Abaetetuba, nas faturas, os espaços comuns permanecem frequentemente no escuro durante a noite. As tentativas da Equatorial de negociar com os inadimplentes são ineficazes, pois as condições de renegociação não condizem com a nossa realidade financeira e não resolvem o problema de forma concreta, sobretudo porque o serviço prestado continua precário.

Ainda em Piratuba, mesmo que a Equatorial já forneça energia formalmente, temos sérios problemas de comunicação. **Os técnicos demonstram pouca flexibilidade e formação, os canais de atendimento são insuficientes, e as visitas ao território são raras.** Soma-se a isso o "racismo energético" que seguimos denunciando, que é gritante no fato de que alguns moradores recorrem aos “gatos” para escapar de tarifas abusivas, e isso é usado como justificativa para a ausência da empresa nas comunidades e para nos marginalizar mais ainda.

Para nós, tanto comunidades anfitriãs do Encontro, quanto aquelas das lideranças de outros territórios aqui presentes, a energia elétrica de qualidade é desejada, porque **o acesso contínuo e adequado seria essencial para o exercício pleno de direitos e para a garantia da qualidade de vida.** Contar com uma rede elétrica segura e estável impactaria positivamente nosso cotidiano, permitindo o funcionamento apropriado dos serviços de saúde e dos espaços comunitários, além de assegurar melhores cuidados para os grupos mais vulneráveis, como idosos, doentes e crianças. Diversos territórios ainda não são contemplados

pelo Programa Luz para Todos, e sabemos que muitos que recebem ainda têm o serviço de forma parcial e com deficiências que comprometem a eficácia, por isso nossa preocupação.

A demanda por energia de qualidade é ainda mais urgente diante do aumento de doenças crônicas nas nossas comunidades, associado à crescente contaminação dos rios e igarapés por metais pesados nos últimos anos. **De acordo com o relatório de 2025 da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), a comunidade de Bom Remédio, assim como outras das Ilhas, tem enfrentado um adoecimento massivo da população.** Nesse contexto, a implementação de um fornecimento de energia elétrica mais adequado surge como um caminho possível para garantir o acesso à água potável, por meio de sistemas de purificação, além de contribuir para a melhoria geral das condições de saúde, tendo em vista que comunidades da região enfrentam problemas como o desperdício de medicações e a inoperância de equipamentos em postos de saúde em razão da falta de energia.

A ampliação e adequação da eletrificação também é importante para nossas economias, pois tem o potencial de fortalecer atividades produtivas como a agricultura familiar, pesca e o artesanato, criando mais oportunidades de geração de renda para as famílias. Nos quilombos de Abaetetuba, por exemplo, a produção de açaí constitui uma das principais fontes de sustento, junto à pesca nos rios da região. No entanto, **a falta de energia adequada ainda leva à perda de grande parte da nossa produção: açaís desperdiçados, peixes estragados. Garantir o acesso à energia pode transformar esse cenário,** assegurando melhores condições de trabalho, renda e dignidade para as comunidades.\

Nas escolas e residências, a garantia de energia de qualidade significaria melhores condições de aprendizado para crianças e jovens. O forte calor da região, cada vez mais intenso diante das mudanças climáticas, torna os estudos nas escolas um verdadeiro desafio. **O ventilador já não é suficiente, e o ar-condicionado não pode ser instalado com a atual estrutura precária de “gambiarras” de energia e essa limitação enfraquece o ambiente de ensino** que é importante para a formação das juventudes quilombolas.

Por esse motivo, **o nosso anseio pela chegada de uma política pública de acesso à energia adequada também envolve o desejo de que sua implementação e eventuais melhorias ocorram por meio de processos construídos coletivamente,** em diálogo constante com as comunidades quilombolas amazônicas atendidas. Como foi reforçado durante o encontro, e esta carta também reafirma, uma das comunidades anfitriãs, Bom Remédio, possui um Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, Livre, Informada, de Consentimento e Veto, o qual deve ser integralmente respeitado. Ainda que Piratuba não possua um documento semelhante, é igualmente necessário que todos os processos relativos à questão energética que nos afetem sejam conduzidos com transparência, escuta e comunicação efetiva, sendo observada a Convenção 169 da OIT.

Diante dessas urgências, apresentamos a seguir uma lista de problemas enfrentados e possíveis encaminhamentos para a resolução da problemática do acesso à energia nos territórios.

Lista dos problemas

a) Sobre a comunidade de Bom Remédio

- Há completa falta de acesso formal à energia, não há atendimento por meio da concessionária do Estado ou de política pública;
- Por esse motivo, cresceu o acesso à energia clandestina, com valores abusivos e estruturas de fornecimento arriscadas;
- A energia clandestina, implementada por meio de “linhões”, tem causado desmatamento no território de Bom Remédio, inclusive em espaço perto do espaço cultural em construção;
- Há energia precária no Centro Comunitário, mantida por meio de “gambiarras”. Lá, há algumas placas solares que chegaram à comunidade por meio de uma ONG, mas atualmente está danificada e sem manutenção há tempos;
- Acesso à água de qualidade é comprometido, talvez em parte ligado à falta de energia adequada, que poderia viabilizar alternativas de filtros/purificação;
- Ausência de mutirões de assistência social há quase um ano. Isso, atualmente, causa precariedade dos serviços de assistências, mas, com a possível chegada do LpT, pode implicar dificuldade no acesso à tarifa social;
- Problemas sérios de adoecimento em massa, possivelmente ligados à contaminação das águas pela mineração;
- Não há sequer possibilidade de abrir chamados na Aneel, pois a comunidade tem total ausência de fornecimento formal da energia elétrica.
- A precariedade da escola, com poucas salas para muitos alunos, tem causado a saída dos jovens da comunidade para acessar ensino em outras regiões.

b) Sobre a comunidade de Piratuba

- Muitos moradores estão com dívidas, pois os valores das faturas de energia não são compatíveis com a realidade socioeconômica da comunidade;
- Cobrança fixa de Taxa de Iluminação Pública, mesmo diante do fornecimento precário (ou ausente) de iluminação nos espaços comunitários. Há dificuldade de pagamento por famílias em situação de hipossuficiência;
- Diante dos valores elevados das faturas, muitos moradores têm recorrido aos “gatos”, para baratear as despesas do mês;
- Mesmo aqueles que optam pelo pagamento regular, sem os gatos, ficam com a renda muito comprometida, tendo que tirar outro item essencial das contas;
- Cobrança abusiva pela troca dos relógios medidores de energia pela Equatorial
- Energia de péssima qualidade, com quedas constantes, especialmente no período de chuvas. O restabelecimento só ocorre após manifestações e bloqueios de estrada.

Propostas e Recomendações

1. Universalização com justiça territorial

- Garantir a implementação imediata do Programa Luz para Todos (LpT) nos territórios quilombolas da Amazônia, com cronograma público, transparente e pactuado com as comunidades.
- No caso da comunidade de Bom Remédio, é fundamental que seja estabelecida uma data concreta para o início e a conclusão das obras.
- Assegurar que todas as famílias atualmente sem energia ou dependentes de ligações clandestinas sejam incluídas em políticas públicas seguras, gratuitas ou de baixo custo, garantindo a regularização plena e o acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).
- Priorizar a instalação de sistemas de energia elétrica em escolas, postos de saúde e centros comunitários, com financiamento público e manutenção assegurada.
- Adotar tecnologias apropriadas às condições ambientais amazônicas, resistentes a chuvas intensas, ventos fortes e impactos das mudanças climáticas, garantindo segurança e continuidade no fornecimento.

2. Participação social e controle comunitário

- Prever, nos editais e nos projetos de infraestrutura de transmissão (linhões), a realização de consulta prévia, livre e informada às comunidades quilombolas em todas as fases do planejamento e execução, conforme a Convenção 169 da OIT.
- Instituir mecanismos de monitoramento étnico-territorial participativo da eletrificação, com envolvimento das comunidades desde o planejamento até a operação e manutenção dos sistemas.
- **Criar canais permanentes e efetivos de escuta comunitária por parte das distribuidoras e órgãos públicos, respeitando as formas próprias de organização dos territórios quilombolas. Isso deve ser feito no prazo de 30 dias a partir da assinatura desta carta.**
- Garantir a retomada de ações presenciais de assistência social nos territórios, com foco na atualização do Cadastro Único (CadÚnico), mediante procedimentos simplificados, assegurando o acesso das famílias à TSEE e a outras políticas públicas.
- Criação, pela ANEEL, de material acessível sobre os mecanismos de denúncia e reclamação referente aos serviços prestados de energia elétrica. **Isso deve ser feito no prazo de 30 dias a partir da assinatura desta carta.**
- Criação, pela EPE, de um mapeamento dos territórios quilombolas de Abaetetuba afetados, e que serão afetados, pelos empreendimentos de transmissão de energia elétrica, bem como a elaboração de uma cartilha acessível para identificação desses territórios por parte dessas comunidades. **Isso deve ser feito no prazo de 30 dias a partir da assinatura desta carta.**

3. Justiça tarifária e compensações

- Assegurar a isenção da taxa de iluminação pública para famílias quilombolas em situação de vulnerabilidade e revisar o modelo de cobrança atual, especialmente nos locais onde o serviço é precário ou inexistente.
- Considerar a necessidade de isenção tarifária ou revisão do modelo de tarifação como componente estruturante das futuras melhorias do LpT.

- Criar comitê para executar e acompanhar o mapeamento das comunidades e territórios quilombolas impactados diretamente e imediatamente por estruturas de linhas de transmissão. Esse comitê deverá ser composto por CONAQ, MME, EPE, ANEEL, Ministério Público, Malungu e coordenações estaduais da região norte.
- A partir dos mapeamentos do referido comitê, deve haver criação de mecanismo de indenização imediata e justa referente às áreas de servidão ocupadas pelas linhas de transmissão situadas em territórios quilombolas. Tal mecanismo deve ser articulado e negociado diretamente com as Associações dos territórios impactados, respeitando a Convenção 169 da OIT.
- Rever mecanismo de royalties das linhas de transmissão, a fim de garantir o pagamento anual de compensação da utilização da área do território ocupada pelas linhas de transmissão. O pagamento deve ser realizado diretamente às Associações dos territórios impactados.

4. Estruturação técnica e apoio às comunidades

- Desenvolver projetos de eficiência energética nas comunidades com e sem acesso à energia elétrica, incluindo ações de educação para o uso racional, substituição de equipamentos, orientação sobre usos finais e redução do valor das faturas.
- Criar brigadas comunitárias de manutenção e reparo dos sistemas, com formação técnica, remuneração justa e articulação com os saberes tradicionais locais.
- Estabelecer ações específicas para regularização de ligações informais (“gatos”) por meio de mutirões sociais, com atendimento domiciliar, formalização junto à concessionária e inserção das famílias no CadÚnico e no cadastro da TSEE.

5. Garantias em serviços públicos associados

- Reforçar a frequência e a cobertura dos atendimentos da Unidade Básica de Saúde (UBS) itinerante na comunidade de Bom Remédio. Além disso, deve ser construído posto de saúde exclusivo para a comunidade, com a infraestrutura completa e que opere de forma efetiva e frequente. Isso deve ser articulado com a comunidade, ouvindo suas demandas relacionadas aos serviços de saúde.
- Implantação de poços e sisternas com água potável para todas as comunidades.
- Garantir o fornecimento contínuo de energia às residências dessas comunidades, assegurando condições dignas de cuidado às pessoas adoecidas, inclusive em situações de emergência sanitária.

Diante das situações relatadas, exigimos o acesso imediato e seguro à energia elétrica em nossos territórios, como direito fundamental e condição indispensável para garantir dignidade, saúde, educação e produção local. Reivindicamos que o Programa Luz para Todos e demais políticas públicas sejam implementados de forma transparente, participativa e respeitosa, observando integralmente os protocolos comunitários e assegurando que nenhuma decisão sobre nossos territórios seja tomada sem nossa consulta. Chega de soluções improvisadas, ilegais ou que coloquem nossas vidas e o meio ambiente (que tanto preservamos) em risco.

ASSINATURAS

Edouza Muniz / Recebido.

Raquel ~~W~~ / Recebido.

Camila ~~Alves~~ / Recebido

Lina ~~M~~ / Recebido

Omar ~~D~~ - NTE/DUN / Recebido

Aparelha ~~de~~ / Recebido

Priscila ~~R~~ / Recebido

Waldo ~~F~~ / Recebido